



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano		
	As três séries.	Kz: 440 375,00	
	A 1.ª série	Kz: 260 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 135 850,00	
	A 3.ª série	Kz: 105 700,00	

SUMÁRIO

Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia

Decreto executivo n.º 26/11:

Aprova o regulamento sobre a elaboração de processo para a criação de cursos de graduação a ministrar nas Instituições de Ensino Superior.

Decreto executivo n.º 27/11:

Aprova o regulamento que estabelece o processo que deve ser observado para a criação ou autorização de criação de Instituições de Ensino Superior.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 93/11:

Cria o Grupo Técnico encarregue da avaliação das infra-estruturas do Museu Nacional de História Natural e de elaborar propostas para o projecto de reabilitação do museu.

Despacho n.º 94/11:

Cria o Grupo Técnico encarregue de acompanhar os trabalhos de apetrechamento, organização e funcionamento do Museu do Dundo. — Revoga o Despacho n.º 130/09, de 29 de Junho e toda a legislação que contrarie o previsto no presente despacho.

Despacho n.º 95/11:

Exonera Maria da Silva Freire de Carvalho Francisco, Cristiano Santana Augusto Júlio, Daniel Nsamo, Aécio Loreno dos Santos Vieira Dias, António Simão Francisco Valente e António Maia João Deus, dos respectivos cargos.

Despacho n.º 96/11:

Nomeia Ofélia Albertina de Jesus Rodrigues Paz Pina e Alexandre Fernando Gaio Pequeninno para os respectivos cargos.

Despacho n.º 97/11:

Autoriza licença ilimitada requerida por Paulo Kussy Correia Fernandes.

Despacho n.º 98/11:

Subdelega a Manuel Francisco, secretário geral deste Ministério, a competência para celebrar o contrato de consultoria para os estudos relacionados com a construção do Depósito do Museu Nacional de Antropologia.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Decreto executivo n.º 26/11

de 23 de Fevereiro

Considerando a necessidade de se ultrapassar as dificuldades existentes na instrução correcta dos processos para a criação de cursos superiores a ministrar nas unidades orgânicas das Instituições de Ensino Superior;

Convindo regulamentar o processo que deve ser observado para a criação de cursos de graduação a ministrar nas Instituições de Ensino Superior a nível nacional;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o regulamento sobre a elaboração de processo para a criação de cursos de graduação a ministrar nas Instituições de Ensino Superior, anexo ao presente diploma do qual é parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente decreto executivo são resol-

vidas pelo titular do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 3.º—O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Fevereiro de 2011.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

REGULAMENTO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente regulamento estabelece o processo que deve ser observado para a criação de cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente regulamento é aplicável a todas as Instituições de Ensino Superior que pretendam ministrar cursos de graduação.

ARTIGO 3.º (Cursos de graduação)

1. A formação a nível da graduação compreende dois níveis, nomeadamente o bacharelato e a licenciatura.

2. Os cursos de graduação apenas devem ser ministrados em Instituições de Ensino Superior reconhecidas oficialmente pelo Estado.

3. A criação de cursos de graduação em uma Instituição de Ensino Superior está sujeita ao pagamento de uma taxa de solicitação estabelecida em diploma próprio.

4. Os cursos de graduação oficialmente criados são ministrados a título experimental, por um período de vigência do ciclo de formação, carecendo de acreditação periódica

após avaliação positiva do seu desempenho para o respectivo funcionamento.

5. Não é permitida a criação e o funcionamento de cursos de graduação em regime de franquia nas Instituições de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º (Acreditação de cursos)

O processo de acreditação dos cursos superiores corresponde ao reconhecimento oficial destes, face a parâmetros de qualidade previamente definidos e é regulado em diploma próprio.

ARTIGO 5.º (Parcerias)

1. A organização e o funcionamento dos cursos de ensino superior podem ser assentes em parcerias entre duas ou mais Instituições de Ensino Superior, ou instituições afins, devendo para o efeito estabelecer os instrumentos de coordenação viáveis à sua implementação.

2. As parcerias que as Instituições de Ensino Superior estabelecem para a realização de cursos de graduação devem assentar em protocolos de cooperação com outras instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que carecem de homologação do Departamento Ministerial de tutela.

CAPÍTULO II Criação de Cursos de Graduação

ARTIGO 6.º (Solicitação de criação de cursos de graduação)

As Instituições de Ensino Superior devem solicitar ao Departamento Ministerial de tutela a criação de cursos de graduação para que estes possam ser ministrados nas suas unidades orgânicas.

ARTIGO 7.º (Fases para a criação dos cursos de graduação)

O processo de criação de cursos de graduação compreende as fases seguintes:

- a) 1.ª Fase — Avaliação do processo documental para autorização da criação do curso;

- b) 2.^a Fase — Vistoria para constatação das condições técnico-pedagógicas de funcionamento do curso de graduação a criar;
- c) 3.^a Fase — Aprovação do curso de graduação com a emissão do respectivo decreto-executivo de criação.

ARTIGO 8.º

(Processo de criação de cursos de graduação)

1. Para criação de um curso de graduação, as Instituições de Ensino Superior devem previamente solicitar ao Departamento Ministerial de tutela autorização para o efeito, devendo constituir um processo instruído com os elementos seguintes:

- a) Estudo sobre a pertinência económico-social do curso na localidade em que se pretende ministrar e sobre a demanda a curto e longo prazos, do curso que se criar;
- b) Conformidade dos cursos a criar com o plano de desenvolvimento da Instituição, remetidos ao Departamento Ministerial de tutela;
- c) A organização do curso em estrita observação ao Calendário do Ano Académico no respectivo ano civil;
- d) Aprovação prévia do Conselho Científico da respectiva Instituição de Ensino Superior antes da submissão do dossier ao órgão de tutela, apenas nos casos de instituições de ensino já em funcionamento;
- e) Plano de estudo técnico e analítico de cada disciplina, especificando a natureza dos módulos e as respectivas unidades de crédito;
- f) Plano de recrutamento do corpo docente de cada disciplina, bem como o respectivo perfil;
- g) Organização do curso em conformidade com as normas curriculares e pedagógicas;
- h) Indicação das instalações onde será ministrado o curso;
- i) Indicação dos equipamentos, dos laboratórios a afectar aos cursos;
- j) Plano de aquisição, manutenção e renovação de equipamentos a afectar aos cursos;
- k) Indicação e apresentação de uma base bibliográfica de cada unidade curricular integrante do curso solicitado;
- l) Descrição da capacidade laboratorial e recursos para o funcionamento do curso solicitado;

- m) Proposta fundamentada do valor anual das propinas e outros encargos e metodologia de pagamento ao longo do curso;
- n) Grau a conferir e proposta de diploma a atribuir no final do curso de graduação;
- o) Modalidade de ensino em que será ministrado o curso;
- p) Regulamento específico de funcionamento do curso;
- q) Indicação do número de vagas proposto para o primeiro ano de funcionamento do curso solicitado.

2. Para além do estabelecido no número anterior, o Departamento Ministerial de tutela do ensino superior pode solicitar elementos adicionais, em função da especificidade do curso a criar.

ARTIGO 9.º

(Comissões técnicas)

1. Para efeito de análise de cada processo de criação de um curso de graduação, o Departamento Ministerial de tutela cria comissões técnicas de carácter multidisciplinar, coordenadas pela Direcção Nacional de Desenvolvimento e Expansão do Ensino Superior.

2. As comissões técnicas, para além da análise da conformidade do processo de criação do curso, estão encarregues de proceder à realização de vistoria das condições técnicas e pedagógicas das instalações indicadas para o funcionamento do curso de graduação solicitado.

3. Os membros das comissões técnicas auferem um subsídio, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 10.º

(Decreto executivo de criação do curso)

1. Verificando-se o preenchimento de todos os requisitos para a criação de um curso de graduação, o Departamento Ministerial de tutela emite o respectivo decreto executivo de criação do curso.

2. O decreto executivo referido no número anterior tem a validade de um ciclo de formação, findo o qual a Instituição de Ensino Superior deve solicitar a acreditação do curso junto do INAAES.

3. O decreto executivo de criação do curso é intransmissível e pode ser cancelado, caso se verifiquem graves irregularidades no seu funcionamento.

ARTIGO 11.º
(Indeferimento)

1. A não observância do consignado no artigo 8.º do presente regulamento e demais legislação aplicável implica o indeferimento da solicitação da instituição de ensino.

2. A Instituição de Ensino Superior, cujo processo for indeferido, pode dar entrada de um novo pedido no ano seguinte, de acordo com o calendário adoptado para o efeito, estabelecido no presente diploma.

ARTIGO 12.º
(Entrada em funcionamento de curso de graduação)

1. Cada curso de graduação entra em funcionamento numa Instituição de Ensino Superior após avaliação positiva da vistoria das condições técnico-pedagógicas para o efeito, e a publicação do respectivo diploma legal de criação emitido pelo Departamento Ministerial de tutela.

2. Os cursos de ensino superior conducentes ou não à atribuição de graus académicos só podem ser ministrados em instalações previamente autorizadas pelo Departamento Ministerial de tutela.

3. O diploma legal que autoriza a criação do curso de graduação é emitido pelo Departamento Ministerial de tutela, após apreciação positiva das condições técnico-pedagógicas por parte da comissão técnica criada para o efeito.

ARTIGO 13.º
(Extensões de funcionamento do curso)

O funcionamento de um curso de graduação de uma Instituição de Ensino Superior pode ser extensível a uma outra unidade orgânica fora das suas instalações sede, desde que seja na mesma região académica em que está inserida, e que tenha merecido avaliação positiva da vistoria das condições técnico-pedagógicas para o efeito, e devidamente autorizada pelo Departamento Ministerial de tutela.

ARTIGO 14.º
(Intransmissibilidade da autorização de funcionamento de curso de graduação)

A autorização de funcionamento de cursos de graduação é emitida a favor de uma Instituição de Ensino Superior, e é intransmissível, a qualquer título.

CAPÍTULO III
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 15.º
(Calendário de apresentação e apreciação da solicitação)

1. As solicitações de criação de cursos de graduação devem ser dirigidos ao Departamento Ministerial de tutela do ensino superior, nos primeiros dois meses de cada ano civil e deve estar em conformidade com o plano de desenvolvimento institucional da respectiva Instituição de Ensino Superior.

2. Após a entrada da solicitação de criação do curso superior no Departamento Ministerial de tutela, este tem até seis meses para proferir a sua decisão.

3. Considera-se tacitamente indeferido o pedido de criação de curso de graduação, se o Departamento Ministerial não se pronunciar no prazo estabelecido no número anterior, devendo a sua apreciação formal transitar automaticamente para o ano civil seguinte.

ARTIGO 16.º
(Reformas curriculares)

1. As inovações aos planos de estudos dos cursos criados, bem como as reformas curriculares, são admitidas após um ciclo de formação.

2. As inovações e as reformas referidas no número anterior produzem efeitos após a homologação do Departamento Ministerial de tutela.

ARTIGO 17.º
(Prescrição)

Uma vez autorizadas, as Instituições de Ensino Superior têm até 24 meses para dar início ao funcionamento dos cursos criados, findos os quais prescreve a autorização.

ARTIGO 18.º
(Proibição de publicidade e funcionamento de cursos não autorizados)

1. É proibida a publicidade e entrada em funcionamento nas Instituições de Ensino Superior criadas legalmente, de cursos sem a observância do disposto no presente diploma e demais legislação aplicável.

2. Os cursos ministrados nas Instituições de Ensino Superior legalmente criadas, sem a prévia autorização do Departamento Ministerial de tutela, consideram-se para efeitos do presente diploma e nos mais de direito, como inválidos.

3. Sempre que se verifique a situação referida no número anterior é considerada publicidade enganosa e determina a aplicação do regime sancionatório previsto em diploma próprio, sem prejuízo de responsabilização civil e criminal dos titulares do órgão de gestão da instituição de ensino e da entidade promotora.

ARTIGO 19.º

(Revogação da autorização de funcionamento)

O incumprimento dos requisitos legais e a não observância dos critérios científicos e pedagógicos que determinam a autorização de funcionamento de cursos de graduação, podem determinar a revogação do diploma legal da sua criação, consequentemente o encerramento dos respectivos cursos, nos termos da legislação em vigor no subsistema de ensino superior.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Decreto executivo n.º 27/11 de 23 de Fevereiro

Considerando a necessidade de se estabelecer um processo claro para autorização de criação de Instituições de Ensino Superior nas diferentes regiões académicas existentes no País, o que permitirá uma maior celeridade e objectividade no tratamento destes expedientes;

Convindo regulamentar o processo que deve ser observado para a criação de uma Instituição de Ensino Superior e de unidades orgânicas a nível nacional;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e com os artigos 77.º e 80.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o regulamento que estabelece o processo que deve ser observado para a criação ou autoriza-

ção de criação de Instituições de Ensino Superior, anexo ao presente diploma do qual é parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente decreto executivo são resolvidas pelo titular do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 3.º — O presente decreto executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Dezembro de 2010.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

REGULAMENTO PARA CRIAÇÃO E LICENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente regulamento tem como objecto estabelecer o processo que deve ser observado para a criação e o funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior.

ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente regulamento é aplicável para a criação de instituições de ensino superior pública, público-privada e privada, em território nacional.

ARTIGO 3.º (Condições gerais de criação e licenciamento de Instituições de Ensino Superior)

A criação e o licenciamento de instituições do ensino superior pública, público-privada e privada obedecem as seguintes condições gerais:

- a) Observância dos princípios e normas estabelecidos no Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, do presente diploma e demais legislação aplicável;

- b) Garantia de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira da instituição de ensino, em relação à entidade instituidora;
- c) Garantia de participação dos membros da comunidade académica na gestão da instituição de ensino;
- d) Disponibilização de serviços de apoio social;
- e) Garantia de recrutamento de quadros em regime de tempo integral, nos Conselhos de Direcção da Instituição e das respectivas unidades orgânicas;
- f) Disponibilização de instalações e recursos materiais condignos e apropriados à natureza do estabelecimento em causa, designadamente espaços livres, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados aos cursos a serem ministrados;
- g) Garantia de contratação de corpo docente próprio, adequado em número e qualificação à natureza do estabelecimento, e aos graus conferidos, e inseridos na carreira docente universitária;
- h) Oferta de formação, de cursos e graus compatíveis com a natureza do estabelecimento a criar;
- i) Garantia da relevância social do ensino, do elevado nível pedagógico, científico e cultural da Instituição;
- j) Indicação dos cursos a ministrar nos primeiros anos de funcionamento da Instituição e dos graus académicos que pretende conferir.

CAPÍTULO II

Criação e Funcionamento de Instituições de Ensino Superior Públicas

ARTIGO 4.º

(Iniciativas de criação de Instituições de Ensino Superior Públicas)

1. As Instituições de Ensino Superior Públicas são promovidas por iniciativa do Estado, cabendo ao Executivo a competência da sua criação e a garantia do seu financiamento e desenvolvimento.

2. Ao Departamento Ministerial responsável pelo ensino superior incumbe enquadrar todas as iniciativas de criação de Instituição de Ensino Superior, por si consideradas viáveis do ponto de vista académico, pedagógico e científico, promovidas pelos demais Departamentos Ministeriais e outras instituições públicas.

ARTIGO 5.º

(Institucionalização de comissões)

1. O Departamento Ministerial responsável pelo ensino superior em parceria com a entidade promotora pública pode

constituir uma comissão instaladora de uma Instituição de Ensino Superior Pública.

2. À comissão instaladora de uma Instituição de Ensino Superior Pública compete instruir um processo que integre os elementos seguintes:

- a) Tipo, denominação, sede e localidade da instituição a criar;
- b) Projecto educativo, científico e cultural próprio;
- c) Projecto de estatuto orgânico da instituição a criar que estabeleça a sua organização e funcionamento, prevendo os órgãos e serviços necessários ao desenvolvimento das suas atribuições como Instituição de Ensino Superior;
- d) Apresentação de um plano de desenvolvimento institucional que estabelece a missão, objectivos e metas previstas para se atingir objectivos traçados para médio e longo prazos;
- e) Plano de estudo técnico e analítico de cada unidade curricular, especificando módulos teóricos, bem como as respectivas unidades de tempo;
- f) Plano de recrutamento do corpo docente de cada unidade curricular e lista nominal dos candidatos a integrar o corpo docente, com os respectivos currículos *vitae*, acompanhados dos certificados de habilitações literárias;
- g) Estudo de viabilidade e modalidade de financiamento da Instituição, que integre entre outros elementos a população alvo, modo de sustentação, mais-valia da formação a ministrar na região em que pretende instalar a Instituição de ensino;
- h) Plantas e alçadas do projecto de construção ou de reconstrução à escala de 1:100, acompanhados dos pareceres das entidades governamentais competentes, designadamente dos Ministérios do Urbanismo e Construção, Saúde, Ambiente e de Serviços de Bombeiros;
- i) Memória descritiva das instalações;
- j) Croquis de localização das instalações;
- k) Descrição da capacidade das salas de aulas;
- l) Descrição da capacidade infra-estrutural para a actividade docente dos cursos;
- m) Descrição da capacidade laboratorial;
- n) Descrição do equipamento existente e a ser adquirido, das condições de instalação e das condições de manutenção e assistência técnica;
- o) Descrição da área administrativa;
- p) Descrição da área social;

- q) Indicação da capacidade instalada e a indicação do número máximo de vagas proposto para a primeira inscrição e matrícula em cada curso;
- r) Descrição do acervo da biblioteca da Instituição;
- s) Conformidade do programa educativo com as normas legais e os princípios que regem o ensino superior;
- t) Base bibliográfica para cada unidade curricular;
- u) Projecto de regime académico.

3. Para além do estabelecido no número anterior, à comissão instaladora podem ser solicitados elementos adicionais em função da área de conhecimento a ministrar na Instituição de ensino a criar.

4. O mandato das comissões previstas no número anterior não pode ser superior a dois anos.

ARTIGO 6.º

(Criação de unidades orgânicas)

1. A criação de uma nova unidade orgânica de ensino ou de investigação dentro ou fora da sede da Instituição de Ensino Superior Pública após a sua criação, implica a constituição de um novo processo, instruído com os elementos constantes do artigo 16.º do presente regulamento, com as devidas adaptações, que deverá ser dirigido ao Departamento Ministerial de tutela que submeterá a decisão do Titular do Poder Executivo.

2. As unidades orgânicas, por sua iniciativa ou por determinação dos órgãos de gestão da Instituição de ensino, podem compartilhar meios materiais e humanos, bem como organizar iniciativas conjuntas em termos de implementação de projectos de investigação.

3. As unidades orgânicas de investigação designam-se essencialmente como Centros de Estudos e de Investigação, sem prejuízo de poderem adoptar outras como laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada que se enquadre com as suas atribuições e nos termos da legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

4. Podem ser criadas unidades de investigação, com ou sem o estatuto de unidades orgânicas, associadas as universidades, institutos superiores e unidades orgânicas das universidades e dos institutos superiores.

5. Podem ainda ser criadas instituições de investigação comuns a várias Instituições de Ensino Superior universitárias ou politécnicas, ou comuns a unidades orgânicas de uma Instituição de Ensino Superior.

ARTIGO 7.º

(Submissão ao Chefe do Executivo)

O Departamento Ministerial responsável pelo ensino superior, após análise do processo referido no artigo anterior, orientará, se assim entender, as alterações a introduzir, antes de o submeter a decisão do Chefe do Executivo.

CAPÍTULO III

Criação e Licenciamento de Instituições de Ensino Superior Privadas

SECÇÃO I

Criação de Instituições de Ensino Superior Privadas

ARTIGO 8.º

(Iniciativa de criação)

1. As pessoas colectivas de direito privado podem apresentar ao Departamento Ministerial do ensino superior iniciativas de criação de Instituições de Ensino Superior Privadas, nos termos do presente regulamento e demais legislação aplicável.

2. Não é permitida a criação e o funcionamento de Instituições de Ensino Superior e de cursos conferentes de grau académico em regime de franquia.

3. As Instituições de Ensino Superior Privada só podem funcionar após autorização de criação do Chefe do Executivo, mediante a constituição de um processo para o efeito, a ser submetido previamente ao Departamento Ministerial de tutela.

4. O processo previsto no número anterior é acompanhado do comprovativo de pagamento de uma taxa de solicitação estabelecida em diploma próprio.

ARTIGO 9.º

(Fases de criação)

1. A criação de Instituições do Ensino Superior Privadas compreende as fases seguintes:

- a) 1.ª Fase — a avaliação da credibilidade e da idoneidade da entidade promotora;
- b) 2.ª Fase — a avaliação do processo documental para autorização da criação da Instituição de Ensino Superior;
- c) 3.ª Fase — a autorização para a criação da Instituição.

2. Nos requerimentos e cada folha que instruir o processo será inutilizado um selo fiscal nos termos da legislação em vigor.

3. A autorização para a criação de uma Instituição de Ensino Superior Privada é concedida pelo Chefe do Executivo, para Escola Superior ou Instituto Superior, após avaliação do processo de criação pelo órgão de tutela.

4. Excepcionalmente ao estabelecido no artigo anterior, o Departamento Ministerial de tutela pode propor a concessão de autorização de criação para uma universidade.

ARTIGO 10.º

(Da 1.ª fase)

A entidade interessada em criar uma Instituição de Ensino Superior Privada deve, na 1.ª fase, apresentar ao Departamento Ministerial de tutela um requerimento específico para esse fim, acompanhado dos elementos seguintes:

- a) Cópia autenticada da documentação comprovativa da existência legal da entidade promotora;
- b) Comprovativo do registo no Ministério do Comércio e do Instituto Nacional de Estatística;
- c) Cópia de documentação das finanças que comprove a regularização do pagamento dos impostos;
- d) Identificação dos gestores da entidade promotora, acompanhado do respectivo *curriculum vitae* e registo criminal;
- e) Demonstração documental da existência de património e de capacidade financeira para criar e manter uma Instituição de Ensino Superior;
- f) Comprovativo do pagamento das taxas e emolumentos envolvidos no processo de análise e emissão de parecer do projecto.

ARTIGO 11.º

(Da 2.ª fase)

1. Na 2.ª fase de criação de uma Instituição de Ensino Superior Privada apenas são apreciados o processo das entidades interessadas que tenham sido avaliadas positivamente na 1.ª fase, devendo para o efeito apresentarem ao Departamento Ministerial de tutela um requerimento específico acompanhado dos elementos seguintes:

- a) Tipo, denominação, sede e localidade da Instituição a criar;
- b) Projecto educativo, científico e cultural próprio;

- c) Projecto de estatuto orgânico da Instituição a criar que estabeleça a sua organização e funcionamento, prevendo os órgãos e serviços necessários ao desenvolvimento das suas atribuições como Instituição de Ensino Superior;
- d) Apresentação de um plano de desenvolvimento institucional que estabelece a missão, objectivos e metas previstas a alcançar a médio e longo prazos;
- e) Plano de estudo técnico e analítico de cada unidade curricular, especificando módulos teóricos, bem como as respectivas unidades de tempo;
- f) Plano de recrutamento do corpo docente de cada unidade curricular ou lista nominal dos candidatos a integrar o corpo docente, com os respectivos currículos vitae, acompanhados dos certificados de habilitações literárias;
- g) Plantas e alçadas do projecto de construção ou de reconstrução à escala de 1:100, acompanhados dos pareceres das entidades governamentais competentes, designadamente dos Ministérios das Obras Públicas, Saúde, Urbanismo e Ambiente e de Serviços de Bombeiros;
- h) Memória descritiva das instalações;
- i) Croquis de localização das instalações;
- j) Descrição da capacidade das salas de aulas;
- k) Descrição da capacidade infra-estrutural para a actividade docente dos cursos;
- l) Descrição da capacidade laboratorial;
- m) Descrição do equipamento existente e a ser adquirido;
- n) Indicação do número máximo de vagas proposto para a primeira inscrição e matrícula em cada curso,
- o) Descrição do acervo da biblioteca da instituição;
- p) Descrição da área administrativa;
- q) Descrição da área social;
- r) Conformidade do programa educativo com as normas legais e os princípios que regem o ensino superior;
- s) Base bibliográfica para cada unidade curricular;
- t) Projecto de regime académico;
- u) Indicação das unidades orgânicas a funcionar inicialmente;
- v) Indicação dos cursos a ministrar inicialmente e dos graus académicos que pretende conferir;
- w) Estudo da viabilidade e modalidade de financiamento da instituição, incluindo-se a estratégia de gestão económico-financeira, previsão de orçamento e planos de investimento;

- x) Proposta do valor anual das propinas e metodologia de pagamento e de reajustamento ao longo do curso;
- y) Requerimento a solicitar a vistoria das instalações.

2. Para além do estabelecido no número anterior, o Departamento Ministerial de tutela do ensino superior no decurso da apreciação do dossier pode solicitar elementos adicionais.

3. Em caso de arrendamento das instalações em que funcionará a futura Instituição de Ensino Superior, o respectivo contrato deve ser válido por um período mínimo de 10 anos, devendo ser dada garantia documental da construção de instalações próprias e definitivas.

ARTIGO 12.º
(Da 3.ª Fase)

Verificada a conformidade com o presente regulamento e demais legislação em vigor, o Departamento Ministerial responsável pelo ensino superior remete o processo referido nos artigos anteriores acompanhado de um parecer/relatório à decisão do Chefe do Executivo.

ARTIGO 13.º
(Criação de unidades orgânicas)

1. A criação de uma nova unidade orgânica de ensino ou de investigação dentro ou fora da sede da instituição de ensino após autorizada a sua criação implica a constituição de um novo processo, instruído com os elementos constantes do artigo 16.º do presente regulamento, com as devidas adaptações, que deverá ser dirigido ao Departamento Ministerial de tutela, a quem compete decidir.

2. As unidades orgânicas, por sua iniciativa ou por determinação dos órgãos de gestão da Instituição de Ensino Superior Privada, podem partilhar meios materiais e humanos, bem como organizar iniciativas conjuntas em termos de implementação de projectos de investigação.

3. As unidades orgânicas de investigação designam-se essencialmente como Centros de Estudos e de Investigação, sem prejuízo de poderem adoptar outras como laboratórios, institutos ou outra denominação apropriada que se enquadre com as suas atribuições e nos termos da legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

4. Podem ser criadas unidades de investigação, com ou sem o estatuto de unidades orgânicas, associadas as univer-

sidades, institutos superiores e unidades orgânicas das universidades e dos institutos superiores.

5. Podem ainda ser criadas instituições de investigação comuns a várias Instituições de Ensino Superior universitárias ou politécnicas, ou comuns a unidades orgânicas de uma Instituição de Ensino Superior.

ARTIGO 14.º
(Comissões técnicas)

1. O Departamento Ministerial responsável pelo Ensino Superior cria comissões técnicas para a análise e vistoria dos projectos de criação e funcionamento de Instituições de Ensino Superior Privado e/ou de cursos, coordenadas pela Direcção Nacional de Desenvolvimento e Expansão do Ensino Superior.

2. As comissões técnicas referidas no artigo anterior podem integrar especialistas de outras instituições públicas ou privadas.

3. Os especialistas integrados nas comissões técnicas auferem um subsídio de acordo com a legislação em vigor.

SECÇÃO II
Licenciamento das Instituições de Ensino Superior Privadas

ARTIGO 15.º
(Licenciamento)

1. O licenciamento consiste na autorização para o início de funcionamento da instituição de ensino, concedida pelo Departamento Ministerial responsável pelo ensino superior, na sequência de um processo de verificação das condições técnico-pedagógicas necessárias para o cumprimento da missão a que a Instituição de Ensino Superior Privada se propõe, após ter sido autorizada a sua criação pelo Titular do Poder Executivo.

2. O licenciamento é formalizado com a entrega a instituição de Ensino Superior Privada de um certificado de licenciamento, no caso de avaliação positiva do processo de verificação das condições técnico-pedagógicas para o início de funcionamento da respectiva instituição.

3. O certificado de licenciamento das Instituições de Ensino Superior é intransmissível e pode ser cancelado, caso se verifiquem irregularidades graves, no quadro de um processo de avaliação do seu funcionamento.

4. As Instituições de Ensino Superior licenciadas são submetidas periodicamente a um processo de acreditação institucional, nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 16.º

(Requisitos de licenciamento)

1. Os requisitos de licenciamento de uma Instituição de Ensino Superior Privada são os seguintes:

- a) Existência de instalações e recursos materiais condignos e apropriados à natureza do estabelecimento em causa, designadamente espaços livres, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados aos cursos a serem ministrados;
- b) Existência de um corpo docente próprio, adequado em número e qualificação à natureza do estabelecimento, cursos e graus conferidos, e inserido em carreiras e quadros estáveis;
- c) Existência de quadros, em regime de tempo integral, nos Conselhos de Direcção da Instituição e suas unidades orgânicas;
- d) Disponibilização de serviços de acção social;
- e) Observância dos princípios estabelecidos no presente diploma e demais legislação aplicável.

2. Para além do estabelecido no número anterior, no processo de licenciamento deve-se verificar a existência dos elementos dispostos nos artigos 3.º, 10.º e 11.º do presente regulamento.

3. Em função da natureza da Instituição Privada, o Departamento Ministerial de tutela, sempre que necessário, pode solicitar elementos adicionais para além dos estabelecidos nos números anteriores.

ARTIGO 17.º

(Instalações)

1. As Instituições de Ensino Superior exercem a sua actividade em instalações previamente vistoriadas e autorizadas pelo Departamento Ministerial de tutela.

2. As instalações em que funcionam as Instituições de Ensino Superior devem dispor de recursos materiais apropriados à natureza do estabelecimento em causa, designadamente espaços lectivos, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados aos cursos superiores que se pretende ministrar.

ARTIGO 18.º

(Vistorias técnicas)

O processo de licenciamento implica a realização de vistorias técnicas às instalações antes e após o início do funcionamento dos cursos, devendo-se nessa vistoria verificarem-se o cumprimento das normas legais e metodológicas vigentes no Subsistema de Ensino Superior, bem como a observância do constante do plano de desenvolvimento da Instituição.

CAPÍTULO IV

Criação e Licenciamento de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas

SECÇÃO I

Criação de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas

ARTIGO 19.º

(Parcerias para criação de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas)

1. As Instituições de Ensino Superior Público-Privadas podem resultar das parcerias seguintes:

- a) O Departamento Ministerial responsável pelo ensino superior pode estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior Privadas com a finalidade de participar nas despesas com o pessoal docente ou em projectos de desenvolvimento da instituição, sempre que se verifique uma redução clara dos encargos para os estudantes ou vise o desenvolvimento do ensino superior numa determinada localidade;
- b) As pessoas colectivas de direito público podem nos termos lei estabelecer parcerias com pessoas colectivas de direito privado para a criação e desenvolvimento de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas, devendo para o efeito constituir uma pessoa jurídica.

2. As parcerias para a criação e desenvolvimento de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas podem ser constituídas por iniciativa do Executivo, de pessoas colectivas de direito público ou por pessoas colectivas de direito privado, nos termos da legislação específica sobre parcerias público-privadas em vigor no País.

3. Os termos das parcerias são estabelecidos mediante acordos assinados entre a pessoa colectiva de direito público e a pessoa colectiva de direito privado, onde no clausulado se

estabelece contrapartidas para os estudantes em termos de encargos, bem como o engajamento activo das entidades interessadas no desenvolvimento do ensino superior no País, carecendo para efeito de criação da instituição de ensino, da autorização competente do Executivo, sempre no interesse do Estado.

ARTIGO 20.º

(Fases de criação de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas)

As fases de criação de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas são similares as aplicáveis às Instituições de Ensino Superior Privadas, obdecendo aos requisitos correspondente a cada fase, conforme estabelecido no presente diploma e demais legislação aplicável.

ARTIGO 21.º

(Criação de unidades orgânicas)

A criação de uma unidade orgânica fora da sede da instituição de ensino implica a constituição de um novo processo, instruído com os elementos constantes do artigo 16.º do presente regulamento, com as devidas adaptações, que deve ser dirigido ao Departamento Ministerial de tutela, a quem compete decidir.

ARTIGO 22.º

(Comissões técnicas)

1. O Departamento Ministerial de tutela cria comissões técnicas para a análise dos pedidos de criação e funcionamento de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas e/ou de cursos, coordenadas pela Direcção Nacional de Desenvolvimento e Expansão do Ensino Superior.

2. Os especialistas integrados nas comissões técnicas auferem um subsídio de acordo com a legislação em vigor.

SECÇÃO II

(Licenciamento das Instituições de Ensino Superior Público-Privadas)

ARTIGO 23.º

(Licenciamento)

O licenciamento de Instituições de Ensino Superior Público-Privadas obdece aos requisitos aplicáveis às Instituições de Ensino Superior Privadas, devendo para o efeito ser submetida a vistoria técnica, conforme estabelecido no presente diploma e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 24.º

(Calendário de apresentação e apreciação das solicitações)

1. As solicitações de autorização de criação de Instituições de Ensino Superior devem ser dirigidos ao Departamento Ministerial de tutela do ensino superior nos primeiros três meses de cada ano civil e devem observar os requisitos previstos no presente regulamento.

2. Após a entrada da solicitação de autorização de criação da Instituição de Ensino Superior no Departamento Ministerial de tutela, este tem até seis meses para proferir a sua decisão definitiva, antes de a submeter ou não a decisão do Chefe do Executivo.

ARTIGO 25.º

(Indeferimento)

1. A inobservância dos requisitos de criação definidos no presente diploma e demais legislação aplicável implica o indeferimento do pedido.

2. Considera-se tacitamente indeferido o pedido de criação de Instituição de Ensino Superior, se o titular do Departamento Ministerial de tutela não se pronunciar no prazo estabelecido no artigo anterior, devendo a sua apreciação formal transitar automaticamente para o ano civil seguinte.

3. A entidade interessada, cujo processo foi oficialmente indeferido, pode dar entrada de um novo pedido no ano seguinte, de acordo com o calendário adoptado para o efeito, estabelecido no artigo anterior.

ARTIGO 26.º

(Revogação)

As Instituições de Ensino Superior formalmente criadas têm até 24 meses para criar as condições para a sua entrada em funcionamento, findos os quais a tutela solicita a revogação do respectivo diploma de criação.

ARTIGO 27.º

(Encerramento compulsivo de instituições de ensino não criadas legalmente)

1. A entrada em funcionamento de Instituições de Ensino Superior sem a observância do disposto no presente diploma e demais legislação aplicável implica o seu encerramento

compulsivo, sem prejuízo de responsabilização civil e criminal dos seus promotores.

2. Os cursos ministrados em Instituições de Ensino Superior que não tenham sido criadas nos termos da lei consideram-se, para efeitos do presente diploma e nos mais de direito, como inválidos e não são passíveis de reconhecimento.

3. A medida de encerramento de uma Instituição de Ensino Superior ilegal, a que se refere o n.º 1 do presente artigo, é determinada por despacho do titular do Departamento Ministerial de tutela.

4. O encerramento de uma Instituição de Ensino Superior ilegal é solicitado às autoridades administrativas e policiais pelo Departamento Ministerial de tutela do ensino superior, com a comunicação do despacho correspondente.

ARTIGO 28.º

(Funcionamento de unidades orgânicas não criadas legalmente)

A entrada em funcionamento de unidades orgânicas sem a observância do disposto no presente diploma e demais legislação aplicável implica o pagamento de uma coima nos termos da legislação em vigor, sem prejuízo de responsabilização civil e criminal.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 93/11 de 23 de Fevereiro

Considerando que o Museu Nacional de História Natural se encontra em avançado estado de degradação, registando-se dificuldades de conservação e manutenção do seu acervo;

Havendo necessidade de criar um Grupo Técnico encarregue de avaliar o impacto da degradação e criar condições para a reabilitação e apetrechamento da instituição museológica;

No uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo 1.º — É criado o Grupo Técnico encarregue da avaliação das infra-estruturas do Museu Nacional de História Natural e de elaborar propostas para o projecto de reabilitação do museu.

Art. 2.º — Integra o Grupo Técnico:

- a) Ana Paula dos Santos Correia Vítor — coordenadora;
- b) Esteves da Costa Afonso — coordenador-adjunto;
- c) Francisca Adelaide da Costa;
- d) Leonor Pedro;
- e) Estefânia Valente de Sousa;
- f) Maria Eugênia Domingos Luís Lopes.

Art. 3.º — 1. O referido Grupo Técnico deverá trabalhar em parceria com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, necessárias ao cumprimento das suas tarefas.

2. São designados como consultores e peritos do referido Grupo Técnico as seguintes entidades:

- a) Ziva Domingos — Director-Geral do INPC;
- b) Belarmino Luvita Barros dos Santos — Direcção Nacional de Museus;
- c) Oceanário de Lisboa — Portugal;
- d) Museu de História Natural da Universidade do Rio de Janeiro — Brasil.

Art. 4.º — Incumbe ao Grupo Técnico:

- a) Submeter à aprovação a proposta de trabalhos e de orçamento;
- b) Avaliar o estado de degradação do Museu Nacional de História Natural;
- c) Criar e implementar um plano de emergência tendo por base o diagnóstico do estado do imóvel;
- d) Apresentar um relatório detalhado sobre os trabalhos realizados, bem como sobre o estado actual do imóvel e do seu acervo;
- e) Promover todos os actos necessários, por lei permitidos, para a materialização das suas atribuições.

Art. 5.º — O Grupo de Trabalho ora criado tem o prazo de 90 dias para a apresentação do relatório final.

Art. 6.º — O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Janeiro de 2011.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 94/11
de 23 de Fevereiro

Havendo necessidade de avaliar a fase de conclusão dos trabalhos de restauro do Museu Regional do Dundo e visando criar as condições de apetrechamento para a sua reabertura e pleno funcionamento;

No uso das faculdades que me são conferidas pela alínea *h*) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Artigo 1.º — É criado o Grupo Técnico encarregue de acompanhar os trabalhos de apetrechamento, organização e funcionamento do Museu do Dundo.

Art. 2.º — O Grupo de Trabalho ora criado é composto pelos seguintes membros:

- a*) Manzambi Vuvu Fernando — Director Nacional dos Museus (Coordenador);
- b*) Fonseca de Sousa — Director do Museu do Dundo (Coordenador-Adjunto);
- c*) Cecília Gourgel — INPC;
- d*) Manuel Kiangala — Direcção Nacional de Museus;
- e*) Emanuel Caboco — INPC;
- f*) Mudiando David — Museu de Antropologia;
- g*) Ilunga André — Museu do Dundo;
- h*) Malundama Bernardo — Casa Museu Óscar Ribas.

Art. 3.º — Incumbe ao Grupo de Trabalho, ora criado, o seguinte:

- a*) Analisar o quadro de pessoal e propor a estrutura interna do Museu;

b) Apresentar um relatório de trabalho e balanço sobre o estado actual do imóvel e do seu acervo;

c) Promover todos os actos necessários, por lei permitidos, para a materialização das suas atribuições.

Art. 4.º — É revogado o Despacho n.º 130/09, de 29 de Junho e toda a legislação que contrarie o previsto no presente despacho.

Art. 5.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação ou aplicação deste diploma são resolvidas por despacho do Ministro da Cultura.

Art. 6.º — O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Janeiro de 2011.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 95/11
de 23 de Fevereiro

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea *f*) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro e pelo artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Maria da Silva Freire de Carvalho Francisco — exonerada do cargo de Directora do Gabinete da Ministra da Cultura, para o qual havia sido nomeada por despacho de 28 de Outubro de 2008.

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea *f*) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, combinado com o Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, sobre regime disciplinar dos funcionários públicos e agentes administrativos.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Cristiano Santana Augusto Júlio, técnico superior de 2.ª classe, funcionário do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos — exonerado do quadro do pessoal deste Ministério, por abandono de lugar.

Havendo necessidade de desvinculação do serviço para efeitos de aposentação do funcionário, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que estabelece a relação jurídica de emprego na Administração Pública;

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pelo Decreto n.º 9/06, de 24 de Abril;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Daniel Nsamo — exonerado do cargo de chefe de Secção de Contabilidade da Cinemateca Nacional de Angola por cessação para efeitos de aposentação.

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, combinado com o artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, e o artigo 1.º do Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Aécio Loreno dos Santos Vieira Dias — exonerado, a seu pedido, da função de funcionário administrativo do Gabinete do Vice-Ministro da Cultura, para o qual havia sido nomeado por despacho de 6 de Novembro de 2009. António Simão Francisco Valente — exonerado da função de motorista do Gabinete do Vice-Ministro da Cultura, para qual havia sido nomeado por despacho de 10 de Fevereiro de 2009.

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, combinado com o Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, prevê o regime disciplinar dos funcionários públicos e agentes administrativos;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

António Maia João Deus, técnico principal de 1.ª classe, colocado no Museu Nacional de Antropologia — exonerado do quadro de pessoal deste Ministério, por abandono de lugar.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Janeiro de 2011.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 96/11
de 23 de Fevereiro

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea f) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro e pelo artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

Ofélia Albertina de Jesus Rodrigues Paz Pina — nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora do Gabinete da Ministra.

Alexandre Fernando Gaio Pequeno — nomeado, em comissão de serviço, para exercer o cargo de chefe de Secção de Novos Suportes da Divisão de Visionamento do Departamento de Arquivo Nacional das Imagens em Movimento da Cinemateca Nacional de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Janeiro de 2011.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 97/11
de 23 de Fevereiro

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, combinado com o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, que prevê o Regime Jurídico das Férias, Faltas e Licenças na Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

É autorizada a licença ilimitada requerida pelo funcionário Paulo Kussy Correia Fernandes, técnico superior de 2.ª classe da Direcção Nacional de Formação Artística.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Janeiro de 2011.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 98/11
de 23 de Fevereiro

Por conveniência de serviço e no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

É subdelegada a Manuel Francisco, secretário-geral deste Ministério, a competência para celebrar o contrato de consultoria para os estudos relacionados com a construção do Depósito do Museu Nacional de Antropologia, a ser rubricado entre o Ministério da Cultura e a empresa Consulbrás Engenharia e Assessoria, Limitada.

O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Janeiro de 2011.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.